



ESTADO DO PERNAMBUCO
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TACARATU
Balço Financeiro

Anexo 13 - Art. 103 da Lei Federal nº 10.520/02



Exercício: 2021

Ingressos			Dispêndios		
Especificação	2021	2020	Especificação	2021	2020

RAQUEL MEDEIROS NASCIMENTO HENRIQUE
SECRETÁRIA DE SAÚDE Mat.2002047

KARLA THAISA PEIXOTO AGOSTINHO
CONTADORA - CRC/PE 029272 O -9

Documento Assinado Digitalmente por: WASHINGTON ANGELO DE ARAUJO, KARLA THAISA PEIXOTO AGOSTINHO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 16db407b-aa7f-42da-a066-e3181f66c226

**NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO FINANCEIRO**
Órgão: Fundo Municipal de Saúde - Exercício: 2021
Município: Tacaratu



a) INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome da Entidade:

Fundo Municipal de Saúde

CNPJ:

09.188.937/0001-07

Endereço da entidade:

Rua Pedro Toscano, nº 359, Bairro Centro, CEP: 56.480-000

Natureza jurídica da entidade:

O Fundo Municipal de Saúde de Tacaratu-PE é concebido quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 120-1 “Fundo Municipal”.

Natureza das operações e principais atividades da entidade:

O FMS de Tacaratu-PE possui como atividade principal a “regulação das atividades de apoio a gestão de saúde”. Durante o exercício de 2021 a execução orçamentária baseou-se na Lei Municipal nº 1.395, de 29 de dezembro de 2020 (LOA 2021). Sua atividade financeira origina-se do recolhimento de repasses financeiros da Prefeitura Municipal, repasses da União e Estado, além de doações em geral.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SPREV nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018 que estabeleceram o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, 8ª edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis. Por fim, este demonstrativo está em conformidade com o exigido para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público e está seguindo as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC), do TCE-PE.

Nome do(a) Gestor(a):

Raquel Medeiros Nascimento Henrique- cargo: Secretária de Saúde. Período de Gestão: 01/01/2021 a 31/12/2021

**NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO FINANCEIRO**
Órgão: Fundo Municipal de Saúde - Exercício: 2021
Município: Tacaratu



Nome, CRC e e-mail do(a) contador(a) responsável:

Karla Thaisa Peixoto Agostinho, CRC nº 029272/O-9, e-mail: karla@naap.com.br

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

Base de Mensuração utilizadas:

De acordo com o MCASP, p. 157, 8ª edição, o objetivo da mensuração é selecionar bases que reflitam de modo mais adequado o custo dos serviços, a capacidade operacional e a capacidade financeira da entidade de forma que seja útil para a prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. No caso deste município, as bases de mensuração utilizadas nos elementos patrimoniais estão de acordo com o exposto na Parte II do MCASP, 8ª edição.

Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças que levem a alguma alteração significativa no Balanço Financeiro.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não houve julgamentos pela aplicação das políticas contábeis no que se refere ao Balanço Financeiro.

Critérios para Reconhecimento de Receita e Despesa Orçamentária:

As receitas e despesas orçamentárias estão elencadas por sua fonte/destinação de recurso. As receitas são reconhecidas pelo regime de caixa e a despesa de acordo com seu empenhamento, conforme art. 60 da Lei Federal nº 4.320/64. Ao final do exercício, as despesas empenhadas e não pagas, reconhecidas como restos a pagar, são acrescidas do lado dos “Ingressos” como “Recebimento Extraorçamentário”.

Critérios para Reconhecimento de Receita e Despesa Extraorçamentária:

As contas listadas como Receitas Extraorçamentárias são aquelas que transitaram positivamente no sistema financeiro. Enquadram-se, ainda neste grupo, os valores inscritos em restos a pagar que seguem o parágrafo único do artigo 103, da Lei Federal 4.320/64.

As contas listadas como despesas extraorçamentárias são todas aquelas cujos valores transitaram negativamente em contas do sistema financeiro.

c) BALANÇO FINANCEIRO E SEUS ASPECTOS:

O Balanço Financeiro, de acordo com o previsto no art. 103 da lei 4.320/64, evidencia a receita e a despesa orçamentárias, além dos recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em caixa provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

O Balanço Financeiro, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, 8ª edição, é composto por um único quadro que demonstra a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

- A receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recurso, separadas em ordinárias e vinculadas;

**NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO FINANCEIRO
Órgão: Fundo Municipal de Saúde - Exercício: 2021
Município: Tacaratu**



- Os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- As transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e
- O saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

Receitas e Despesas ordinárias:

Compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, e despesas orçamentárias de livre alocação entre a origem e a aplicação dos recursos.

Receitas e Despesas orçamentárias vinculadas:

Compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, e despesas orçamentárias cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem. A identificação das vinculações pode ser feita por meio do mecanismo fonte/destinação de recurso. As fontes/destinações de recurso indicam como são financiadas as despesas orçamentárias, atendendo a sua legislação legal.

Transferências Financeiras concedidas e recebidas:

Refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta, podendo ser orçamentárias ou extraorçamentárias.

Recebimentos extraorçamentários:

Compreendem os ingressos não previstos no orçamento. Por exemplos: Consignações e restos a pagar.

Pagamentos extraorçamentários:

Compreendem os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária. Por exemplo: Restos a pagar pagos no exercício.

Saldo do Exercício Anterior e Saldo para o Exercício seguinte:

Compreende os recursos financeiros e o valor das entradas compensatórias no ativo e passivo financeiro, que serão demonstradas na linha Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados.

d) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

d.1) A seguir, serão demonstradas, de forma sistemática, as referências cruzadas com o título “Nota” e com seu respectivo número, baseadas nas informações do demonstrativo contábil, possibilitando uma melhor interpretação dos usuários.

**NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO FINANCEIRO**
Órgão: Fundo Municipal de Saúde - Exercício: 2021
Município: Tacaratu



Nota 1 – Receita Orçamentária:

Em 2021, o município obteve uma receita orçamentária de R\$ 10.346.925,60, detalhada no Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

Nota 2 – Transferências Financeiras Recebidas:

Em 2021, essas transferências totalizaram R\$ 11.392.404,55, sendo de repasses da Prefeitura.

Nota 3 – Recebimentos Extraorçamentários:

Em 2021, houve ingressos extraorçamentários provenientes de Inscrição de Restos a Pagar (R\$ 707.956,72), Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (R\$ 1.569.430,15) e de Outros Valores Restituíveis R\$ 83.763,77 e de Outros Recebimentos Extraorçamentários (R\$ 0,00), o que totaliza R\$ 2.361.150,64.

Nota 4 – Saldos do Exercício Anterior:

O valor disponível em banco foi R\$ 489.739,72

Nota 5 – Despesa Orçamentária:

Em 2021, a despesa orçamentária empenhada totalizou R\$ 19.327.981,68

Nota 6 – Transferências Financeiras Concedidas:

Em 2021, essas transferências totalizaram R\$ 17.775,86, sendo esse montante concedido à seguinte entidade Fundo Municipal de Assistência Social

Nota 7 – Pagamentos Extraorçamentários:

Até 31/12/2021, houve dispêndios orçamentários com pagamento de Restos a Pagar (R\$ 998.570,64), Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (R\$ 1.021.169,30) e Outros Valores Restituíveis R\$ 87.282,60, e Outros Pagamentos Extraorçamentários (R\$ 0,00), totalizando R\$ 2.107.022,54.

Nota 8 – Saldo para o Exercício Seguinte:

O saldo para 2022 totalizou R\$ 3.137.440,43

Ao comparar a disponibilidade bancária do final do exercício de 2020 (R\$ 811.042,03) com o valor disponível em 31/12/2021 (R\$ 3.137.440,43), houve uma variação negativa de R\$ 2.326.398,40.

e) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO FINANCEIRO
Órgão: Fundo Municipal de Saúde - Exercício: 2021
Município: Tacaratu



Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

2. Divulgações não financeiras:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

3. Reconhecimentos de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

4. Ajustes decorrentes de omissões e erros de registro:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

f) INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOLICITADAS NOS ANEXOS XIX E XXI DA RESOLUÇÃO TC N° 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021:

1. Eventuais Ajustes Relacionados às Retenções, bem como Outras Operações que impactem diretamente o Balanço Financeiro:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

2. Detalhamento das Deduções da Receita Orçamentária por Fonte/Destinação de Recursos:

DESCRIÇÃO	VALOR (em R\$)
FPM (1)	0,00
ITR (2)	0,00
ICMS Desoneração (3)	0,00
ICMS (4)	0,00
IPI (5)	0,00
IPVA (6)	0,00
TOTAL (1+2+3+4+5+6):	0,00

A fonte dos recursos foi o Tesouro (Recursos Próprios) e a destinação dos mesmos foi o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO FINANCEIRO
Órgão: Fundo Municipal de Saúde - Exercício: 2021
Município: Tacaratu



Documento Assinado Digitalmente por: WASHINGTON ANGELO DE ARAUJO, KARLA THAISA PEIXOTO AGOSTINHO
Acesse em: <https://etec.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 16db407b-aa7f-42da-a066-e3181f66c226

3. Saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa mantidos, que não estão disponíveis para uso imediato:

Saldo em 31/12/2020:	Saldo em 31/12/2021:
R\$ 0,00	R\$ 0,00

4. Informações relevantes sobre Transações de Investimento e Financiamento que não envolvem o uso de caixa:

Saldo em 31/12/2020:	Saldo em 31/12/2021:
R\$ 0,00	R\$ 0,00

5. Adequação ao PIPCP:

As informações apresentadas neste Balanço, com base nos seus elementos constituintes e suas peculiaridades, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao §4º do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015.

Raquel Medeiros Nascimento Henrique
Gestor(a)

Karla Thaisa Peixoto Agostinho
Contador
CRC-PE nº 029272/O-2

Tacaratu, 31/12/2021



ESTADO DO PERNAMBUCO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTOS
Balanco Financeiro

Anexo 13 - Art. 103 da Lei Federal nº 13.205/2016



Exercício: 2021

Ingressos			Dispêndios		
Especificação	2021	2020	Especificação	2021	2020
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	20.222.539,61	16.031.760,22	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	23.324.347,63	21.736.990,02
- Ordinária	7.963,49	1.492,37	- Ordinária	3.043.059,62	3.463.448,70
001 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	1.492,37	001 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	3.463.448,70
111 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	7.963,49	0,00	111 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	3.043.059,62	0,00
- Vinculada	20.214.576,12	16.030.267,85	- Vinculada	20.281.288,01	18.276.540,32
116 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - ENTRADA DE RECURSOS	15.693.283,64	16.030.267,85	112 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB 60%	2.561.128,00	0,00
117 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - ENTRADA DE RECURSOS	2.177.917,78	0,00	113 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB 40%	2.254.342,02	0,00
120 - TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	481.103,44	0,00	114 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB 60% ? COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO	918.683,35	0,00
121 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE)	11.520,00	0,00	116 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - ENTRADA DE RECURSOS	0,00	18.276.540,32
122 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)	331.984,40	0,00	11640 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - DESTINAÇÃO 40%	2.782.827,83	0,00
123 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE)	810.039,95	0,00	11660 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - DESTINAÇÃO 60%	9.076.641,67	0,00
124 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE	708.726,91	0,00	11740 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB ? COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - DESTINAÇÃO 40%	964.300,86	0,00
125 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU DE CONTRATOS DE REPASSE VINCULADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00	120 - TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	35.327,20	0,00
			122 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)	469.315,70	0,00
			123 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE)	700.959,08	0,00
			190 - OUTROS RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	517.762,30	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	4.735.903,00	4.380.936,33	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	259,75	800,00
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (III)	3.685.261,54	4.496.349,21	PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (VIII)	3.131.838,56	4.916.551,16
- INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	486.742,52	1.190.527,50	- PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR	585.492,35	2.076.631,70
Restos a Pagar Processados	486.742,52	1.190.527,50	Restos a Pagar Processados	585.492,35	2.076.631,70
- VALORES RESTITUÍVEIS	3.031.565,12	3.172.211,33	- VALORES RESTITUÍVEIS	2.379.392,31	2.705.269,08
- OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	166.953,90	133.610,38	- OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	166.953,90	133.610,38
- OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	0,00	- OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	0,00



ESTADO DO PERNAMBUCO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO CULTURA E DESPORTOS
 Balanço Financeiro

Anexo 13 - Art. 103 da Lei Federal nº 13.005/2014



Exercício: 2021

Ingressos			Dispêndios		
Especificação	2021	2020	Especificação	2021	2020
SALDO ANTERIOR (IV)	704.471,29	2.532.920,71	SALDO ATUAL (X)	2.891.729,50	704.471,29
Total Geral dos Ingressos (V) = (I+II+III+IV)	29.348.175,44	27.441.966,47	Total Geral dos Dispêndios (X) = (VI+VII+VIII+IX)	29.348.175,44	27.441.966,47

MARGARETE FREIRE RODRIGUES
 SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO Mat.0002002997

KARLA THAISA PEIXOTO AGOSTINHO
 CONTADORA - CRC/PE 029272 O -9

Documento Assinado Digitalmente por: WASHINGTON ANGELO DE ARAUJO, KARLA THAISA PEIXOTO AGOSTINHO
 Acesse em: <https://portal.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 16db407b-aa7f-42da-a066-e3181f66c226



**NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO FINANCEIRO
Órgão: Fundo Municipal de Educação - Exercício: 2021
Município: Tacaratu**

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome da Entidade:

Fundo Municipal de Educação

CNPJ:

18.677.691/0001-28

Endereço da entidade:

Rua Pedro Toscano, nº 378, Bairro Centro, Tacaratu-PE CEP: 56.480-000

Natureza jurídica da entidade:

O Fundo Municipal de Educação de Tacaratu-PE é concebido quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 120-1 “Fundo Municipal”.

Natureza das operações e principais atividades da entidade:

O FME de Tacaratu -PE possui como atividade principal a “regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais”. Durante o exercício de 2021 a execução orçamentária baseou-se na Lei Municipal nº 1.395, de 29 de dezembro de 2020 (LOA 2021). Sua atividade financeira origina-se do recolhimento de repasses financeiros da Prefeitura Municipal, repasses da União e Estado, além de doações em geral.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SPREV nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018 que estabeleceram o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, 8ª edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis. Por fim, este demonstrativo está em conformidade com o exigido para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público e está seguindo as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC), do TCE-PE.

Nome do(a) Gestor(a):

Margarete Freire Rodrigues - cargo: Secretária de Educação. Período de Gestão: 01/01/2021 a 31/12/2021

Nome, CRC e e-mail do(a) contador(a) responsável:



NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO FINANCEIRO
Órgão: Fundo Municipal de Educação - Exercício: 2021
Município: Tacaratu

Karla Thaisa Peixoto Agostinho, CRC nº 029272/O-9, e-mail: karla@naap.com.br

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

Base de Mensuração utilizadas:

De acordo com o MCASP, p. 157, 8ª edição, o objetivo da mensuração é selecionar bases que reflitam de modo mais adequado o custo dos serviços, a capacidade operacional e a capacidade financeira da entidade de forma que seja útil para a prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. No caso deste município, as bases de mensuração utilizadas nos elementos patrimoniais estão de acordo com o exposto na Parte II do MCASP, 8ª edição.

Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças que levem a alguma alteração significativa no Balanço Financeiro.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não houve julgamentos pela aplicação das políticas contábeis no que se refere ao Balanço Financeiro.

Critérios para Reconhecimento de Receita e Despesa Orçamentária:

As receitas e despesas orçamentárias estão elencadas por sua fonte/destinação de recurso. As receitas são reconhecidas pelo regime de caixa e a despesa de acordo com seu empenhamento, conforme art. 60 da Lei Federal nº 4.320/64. Ao final do exercício, as despesas empenhadas e não pagas, reconhecidas como restos a pagar, são acrescidas do lado dos “Ingressos” como “Recebimento Extraorçamentário”.

Critérios para Reconhecimento de Receita e Despesa Extraorçamentária:

As contas listadas como Receitas Extraorçamentárias são aquelas que transitaram positivamente no sistema financeiro. Enquadram-se, ainda neste grupo, os valores inscritos em restos a pagar que seguem o parágrafo único do artigo 103, da Lei Federal 4.320/64.

As contas listadas como despesas extraorçamentárias são todas aquelas cujos valores transitaram negativamente em contas do sistema financeiro.

c) BALANÇO FINANCEIRO E SEUS ASPECTOS:

O Balanço Financeiro, de acordo com o previsto no art. 103 da lei 4.320/64, evidencia a receita e a despesa orçamentárias, além dos recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em caixa provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

O Balanço Financeiro, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, 8ª edição, é composto por um único quadro que demonstra a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

- A receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recurso, separadas em ordinárias e vinculadas;
- Os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;



NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO FINANCEIRO
Órgão: Fundo Municipal de Educação - Exercício: 2021
Município: Tacaratu

- As transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e
- O saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

Receitas e Despesas ordinárias:

Compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, e despesas orçamentárias de livre alocação entre a origem e a aplicação dos recursos.

Receitas e Despesas orçamentárias vinculadas:

Compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, e despesas orçamentárias cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem. A identificação das vinculações pode ser feita por meio do mecanismo fonte/destinação de recurso. As fontes/destinações de recurso indicam como são financiadas as despesas orçamentárias, atendendo a sua legislação legal.

Transferências Financeiras concedidas e recebidas:

Refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta, podendo ser orçamentárias ou extraorçamentárias.

Recebimentos extraorçamentários:

Compreendem os ingressos não previstos no orçamento. Por exemplos: Consignações e restos a pagar.

Pagamentos extraorçamentários:

Compreendem os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária. Por exemplo: Restos a pagar pagos no exercício.

Saldo do Exercício Anterior e Saldo para o Exercício seguinte:

Compreende os recursos financeiros e o valor das entradas compensatórias no ativo e passivo financeiro, que serão demonstradas na linha Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados.

d) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

d.1) A seguir, serão demonstradas, de forma sistemática, as referências cruzadas com o título “Nota” e com seu respectivo número, baseadas nas informações do demonstrativo contábil, possibilitando uma melhor interpretação dos usuários.

Nota 1 – Receita Orçamentária:

Em 2021, o município obteve uma receita orçamentária de R\$ 20.222.539,61, detalhadas logo mais nesta Nota Explicativa.

NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO FINANCEIRO
Órgão: Fundo Municipal de Educação - Exercício: 2021
Município: Tacaratu



Nota 2 – Transferências Financeiras Recebidas:

Em 2021, essas transferências totalizaram R\$ 4.735.903,00, sendo esse montante recebida da seguinte entidade Prefeitura Municipal.

Nota 3 – Recebimentos Extraorçamentários:

Em 2021, houve ingressos extraorçamentários provenientes de Inscrição de Restos a Pagar (R\$ 486.742,52), Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (R\$ 3.031.565,12) e de Outros Valores Restituíveis (R\$ 166.953,90) Outros Recebimentos Extraorçamentários (R\$ 0,00), o que totaliza R\$ 3.685.261,54.

Nota 4 – Saldos do Exercício Anterior:

O valor disponível em banco foi R\$ 704.471,29.

Nota 5 – Despesa Orçamentária:

Em 2021, a despesa orçamentária empenhada totalizou R\$23.324.347,63.

Nota 6 – Transferências Financeiras Concedidas:

Em 2021, essas transferências totalizaram R\$ 259,75, sendo esse montante concedido às seguintes entidades:

- R\$ 259,75 ao Fundo Municipal de Assistência Social.

Nota 7 – Pagamentos Extraorçamentários:

Até 31/12/2021, houve dispêndios orçamentários com pagamento de Restos a Pagar (R\$ 585.492,35), Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (R\$ 2.379,392,31) e Outros Valores Restituíveis (R\$ 166.953,90) e Outros Pagamentos Extraorçamentários (R\$ 0,00), totalizando R\$ 3.131.838,56

Nota 8 – Saldo para o Exercício Seguinte:

O saldo para 2022 totalizou R\$ 2.891.729,50

Ao comparar a disponibilidade bancária do final do exercício de 2020 (R\$ 704.471,29) com o valor disponível em 31/12/2021 (R\$ 2.891.729,50), houve uma variação positiva de R\$ 2.187.258,21.



**NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO FINANCEIRO
Órgão: Fundo Municipal de Educação - Exercício: 2021
Município: Tacaratu**

e) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

2. Divulgações não financeiras:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

3. Reconhecimentos de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

4. Ajustes decorrentes de omissões e erros de registro:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

f) INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOLICITADAS NOS ANEXOS XIX E XXI DA RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021:

1. Eventuais Ajustes Relacionados às Retenções, bem como Outras Operações que impactem diretamente o Balanço Financeiro:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

2. Detalhamento das Deduções da Receita Orçamentária por Fonte/Destinação de Recursos:

DESCRIÇÃO	VALOR (em R\$)
FPM (1)	0,00
ITR (2)	0,00
ICMS Desoneração (3)	0,00
ICMS (4)	0,00
IPI (5)	0,00
IPVA (6)	0,00
TOTAL (1+2+3+4+5+6):	0,00

A fonte dos recursos foi o Tesouro (Recursos Próprios) e a destinação dos mesmos foi o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).



NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO FINANCEIRO
Órgão: Fundo Municipal de Educação - Exercício: 2021
Município: Tacaratu

3. Saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa mantidos, que não estão disponíveis para uso imediato:

Saldo em 31/12/2020:	Saldo em 31/12/2021:
R\$ 0,00	R\$ 0,00

4. Informações relevantes sobre Transações de Investimento e Financiamento que não envolvem o uso de caixa:

Saldo em 31/12/2020:	Saldo em 31/12/2021:
R\$ 0,00	R\$ 0,00

5. Adequação ao PIPCP:

As informações apresentadas neste Balanço, com base nos seus elementos constituintes e suas peculiaridades, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao §4º do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015.

Margarete Freire Rodrigues
Gestor(a)

Karla Thaisa Peixoto Agostinho
Contador
CRC-PE nº 029272/O-2

Tacaratu, 31/12/2021



ESTADO DO PERNAMBUCO
CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
 Balanço Financeiro

Anexo 13 - Art. 103 da Lei Federal nº 13.005/2014



Exercício: 2021

Ingressos			Dispêndios		
Especificação	2021	2020	Especificação	2021	2020
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	3.564,37	4.775,51	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	242.594,91	177.442,91
- Ordinária	3.564,37	4.775,51	- Ordinária	242.594,91	177.442,91
001 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.564,37	4.775,51	001 - RECURSOS ORDINÁRIOS	242.594,91	177.442,91
- Vinculada	0,00	0,00	- Vinculada	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	301.501,30	160.049,69	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	0,00	16.428,29
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (III)	21.324,51	9.058,63	PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (VIII)	16.428,57	14.433,69
- INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	4.423,72	1.398,76	- PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR	411,16	333,69
Restos a Pagar Processados	4.423,72	1.398,76	Restos a Pagar Processados	411,16	333,69
- VALORES RESTITUÍVEIS	14.491,10	6.929,41	- VALORES RESTITUÍVEIS	13.607,72	7.300,54
- OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	2.409,69	730,46	- OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	2.409,69	730,46
- OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	0,00	- OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	0,00
SALDO ANTERIOR (IV)	182,15	13.331,21	SALDO ATUAL (X)	67.548,85	187.215,04
Total Geral dos Ingressos (V) = (I+II+III+IV)	326.572,33	187.215,04	Total Geral dos Dispêndios (X) = (VI+VII+VIII+IX)	326.572,33	187.215,04

IRMA ELIZÂNGELA LOPES DE ARAÚJO SILVA
 PRESIDENTE Mat.200201354

KARLA THAISA PEIXOTO AGOSTINHO
 CONTADORA - CRC/PE 029272 O-9

Documento assinado digitalmente por: KARLA THAISA PEIXOTO AGOSTINHO, CPF: 091.107.73-42, em 31/03/2022 às 02:28:15. Código do documento: 1604207b-aa7f-42da-a066-e3181f66c226



**NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO FINANCEIRO**

**Órgão: Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Exercício: 2021
Município: Tacaratu**

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome da Entidade:

Fundo municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CNPJ:

03.575.106/0001-01

Endereço da entidade:

Av. Aristide Teles de Menezes - S/N - CEP: 56.480-000

Natureza jurídica da entidade:

O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é concebido quanto à natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 120-1 "Fundo Público".

Natureza das operações e principais atividades da entidade:

O FUNDECA possui como atividade principal a "defesa dos direitos da criança e do adolescente". Durante o exercício de 2021 a execução orçamentária baseou-se na Lei Municipal nº 1.395, de 29 de dezembro de 2020 (LOA 2021). Sua atividade financeira origina-se do recolhimento de repasses financeiros da Prefeitura Municipal, repasses da União e Estado, além de doações em geral.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SPREV nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018 que estabeleceram o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, 8ª edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis. Por fim, este demonstrativo está em conformidade com o exigido para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público e está seguindo as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC), do TCE-PE.

Nome do(a) Gestor(a) do Fundo:

Irma Elisângela Lopes de Araújo Silva - cargo: Secretária Dos Direitos da Criança e do Adolescente. Período de Gestão: 01/01/2021 a 31/12/2021.



**NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO FINANCEIRO**

**Órgão: Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Exercício: 2021
Município: Tacaratu**

Nome, CRC e e-mail do(a) contador(a) responsável:

Karla Thaisa Peixoto Agostinho, CRC nº 029272/O-9, e-mail: karla@naap.com.br

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

Bases de Mensuração utilizadas:

De acordo com o MCASP, p. 157, 8ª edição, o objetivo da mensuração é selecionar bases que reflitam de modo mais adequado o custo dos serviços, a capacidade operacional e a capacidade financeira da entidade de forma que seja útil para a prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. No caso deste município, as bases de mensuração utilizadas nos elementos patrimoniais estão de acordo com o exposto na Parte II do MCASP, 8ª edição.

Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças que levem a alguma alteração significativa no Balanço Financeiro.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não houve julgamentos pela aplicação das políticas contábeis no que se refere ao Balanço Financeiro.

Critérios para Reconhecimento de Receita e Despesa Orçamentária:

As receitas e despesas orçamentárias estão elencadas por sua fonte/destinação de recurso. As receitas são reconhecidas pelo regime de caixa e a despesa de acordo com seu empenhamento, conforme art. 60 da Lei Federal nº 4.320/64. Ao final do exercício, as despesas empenhadas e não pagas, reconhecidas como restos a pagar, são acrescidas do lado dos “Ingressos” como “Recebimento Extraorçamentário”.

Critérios para Reconhecimento de Receita e Despesa Extraorçamentária:

As contas listadas como Receitas Extraorçamentárias são aquelas que transitaram positivamente no sistema financeiro. Enquadram-se, ainda neste grupo, os valores inscritos em restos a pagar que seguem o parágrafo único do artigo 103, da Lei Federal 4.320/64.

As contas listadas como despesas extraorçamentárias são todas aquelas cujos valores transitaram negativamente em contas do sistema financeiro.

c) BALANÇO FINANCEIRO E SEUS ASPECTOS:

O Balanço Financeiro, de acordo com o previsto no art. 103 da lei 4.320/64, evidencia a receita e a despesa orçamentárias, além dos recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em caixa provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

O Balanço Financeiro, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, 8ª edição, é composto por um único quadro que demonstra a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

- A receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recurso, separadas em ordinárias e vinculadas;



NOTAS EXPLICATIVAS BALANÇO FINANCEIRO

Órgão: Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Exercício: 2021
Município: Tacaratu

- Os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- As transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e
- O saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

Receitas e Despesas ordinárias:

Compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, e despesas orçamentárias de livre alocação entre a origem e a aplicação dos recursos.

Receitas e Despesas orçamentárias vinculadas:

Compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, e despesas orçamentárias cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem. A identificação das vinculações pode ser feita por meio do mecanismo fonte/destinação de recurso. As fontes/destinações de recurso indicam como são financiadas as despesas orçamentárias, atendendo a sua legislação legal.

Transferências Financeiras concedidas e recebidas:

Refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta, podendo ser orçamentárias ou extraorçamentárias.

Recebimentos extraorçamentários:

Compreendem os ingressos não previstos no orçamento. Por exemplos: Consignações e restos a pagar.

Pagamentos extraorçamentários:

Compreendem os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária. Por exemplo: Restos a pagar pagos no exercício.

Saldo do Exercício Anterior e Saldo para o Exercício seguinte:

Compreende os recursos financeiros e o valor das entradas compensatórias no ativo e passivo financeiro, que serão demonstradas na linha Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados.

d) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

d.1) A seguir, serão demonstradas, de forma sistemática, as referências cruzadas com o título “Nota” e com seu respectivo número, baseadas nas informações do demonstrativo contábil, possibilitando uma melhor interpretação dos usuários.

Nota 1 – Receita Orçamentária:



**NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO FINANCEIRO**

**Órgão: Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Exercício: 2021
Município: Tacaratu**

Em 2021, esta entidade obteve uma receita orçamentária de R\$ 3.564,37, detalhada no Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada.

Nota 2 – Transferências Financeiras Recebidas:

Em 2021, essas transferências totalizaram R\$ 301.501,30, sendo esse montante recebido de repasses da Prefeitura.

Nota 3 – Recebimentos Extraorçamentários:

Em 2021, houve ingressos extraorçamentários provenientes de Inscrição de Restos a Pagar (R\$ 4.423,72), Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (R\$ 14.491,10) Outros Valores Restituíveis R\$ 2.409,69 e de Outros Recebimentos Extraorçamentários (R\$ 0,00), o que totaliza R\$ 21.324,51.

Nota 4 – Saldos do Exercício Anterior:

O valor disponível em banco foi R\$ 182,15.

Nota 5 – Despesa Orçamentária:

Em 2021, a despesa orçamentária empenhada totalizou R\$ 242.594,91

Nota 6 – Transferências Financeiras Concedidas:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

Nota 7 – Pagamentos Extraorçamentários:

Até 31/12/2021, houve dispêndios orçamentários com pagamento de Restos a Pagar (R\$ 411,16), Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (R\$ 13.607,72) e Outros Valores Restituíveis (R\$ 2.409,69) e Outros Pagamentos Extraorçamentários (R\$ 0,00), totalizando R\$ 16.428,57

Nota 8 – Saldo para o Exercício Seguinte:

O saldo para 2022 totalizou R\$ 67.548,85.

Ao comparar a disponibilidade bancária do final do exercício de 2020 (R\$ 13.331,21) com o valor disponível em 31/12/2021 (R\$ 67.548,85), houve uma variação positiva de R\$ 54.217,64.



**NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO FINANCEIRO**

**Órgão: Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Exercício: 2021
Município: Tacaratu**

e) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

2. Divulgações não financeiras:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

3. Reconhecimentos de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

4. Ajustes decorrentes de omissões e erros de registro:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

f) INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOLICITADAS NOS ANEXOS XIX E XXI DA RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021:

1. Eventuais Ajustes Relacionados às Retenções, bem como Outras Operações que impactem diretamente o Balanço Financeiro:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

2. Detalhamento das Deduções da Receita Orçamentária por Fonte/Destinação de Recursos:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

3. Saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa mantidos, que não estão disponíveis para uso imediato:

Saldo em 31/12/2020:	Saldo em 31/12/2021:
R\$ 0,00	R\$ 0,00

4. Informações relevantes sobre Transações de Investimento e Financiamento que não envolvem o uso de caixa:

Saldo em 31/12/2020:	Saldo em 31/12/2021:
R\$ 0,00	R\$ 0,00



**NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO FINANCEIRO**

**Órgão: Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Exercício: 2021
Município: Tacaratu**

1. Adequação ao PIPCP:

As informações apresentadas neste Balanço, com base nos seus elementos constituintes e suas peculiaridades, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao §4º do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015.

Irma Elisangela Lopes de Araújo Silva
Gestor(a)

Karla Thaisa Peixoto Agostinho
Contador
CRC-PE nº 029272/O-2

Tacaratu, 31/12/2021



ESTADO DO PERNAMBUCO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TACARATU
Balanco Financeiro

Anexo 13 - Art. 103 da Lei Federal nº 13.005/2014



Exercício: 2021

Ingressos			Dispêndios		
Especificação	2021	2020	Especificação	2021	2020
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	525.927,39	758.754,25	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	2.088.069,27	2.087.117,48
- Ordinária	2.236,63	31,57	- Ordinária	1.787.712,85	1.093.670,70
001 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.236,63	31,57	001 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.787.712,85	1.093.670,70
- Vinculada	523.690,76	758.722,68	- Vinculada	300.356,42	988.446,78
311 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	471.713,26	758.722,68	311 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	300.356,42	988.446,78
390 - OUTROS RECURSOS VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL	51.977,50	0,00			
			TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	20.369,29	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	1.831.120,59	1.299.799,01			
			PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (VIII)	164.822,30	249.611,03
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (III)	220.601,06	191.133,39	- PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR	23.086,65	128.611,21
- INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	67.403,58	47.283,83	Restos a Pagar Processados	23.086,65	128.611,21
Restos a Pagar Processados	67.403,58	47.283,83	- VALORES RESTITUÍVEIS	103.082,99	109.770,64
- VALORES RESTITUÍVEIS	114.544,82	128.623,38	- OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	38.652,66	16.226,18
- OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	38.652,66	15.226,18			
			- OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	0,00
- OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	0,00			
SALDO ANTERIOR (IV)	36.422,48	118.524,34	SALDO ATUAL (X)	340.810,66	384.224,48
Total Geral dos Ingressos (V) = (I+II+III+IV)	2.614.071,52	2.368.210,99	Total Geral dos Dispêndios (X) = (VI+VII+VIII+IX)	2.614.071,52	2.368.210,99

KILVANNE MYCHELLE DE ARAUJO IZIDIO
 SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Mat.200201550

KARLA THAISA PEIXOTO AGOSTINHO
 CONTADORA - CRC/PE 029272 O -9

**NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO FINANCEIRO**
Órgão: Prefeitura Municipal de Assistência Social - Exercício: 2021
Município: Tacaratu



a) INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome da Entidade:

Fundo Municipal de Assistência Social de Tacaratu

CNPJ:

09.188.974/0001-15

Endereço da entidade:

Rua Pedro Toscano, nº 349, Bairro Centro, Tacaratu CEP: 56.480-000

Natureza jurídica da entidade:

O Fundo Municipal de Assistência Social de Tacaratu-PE é concebido quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 120-1 “Fundo Municipal”.

Natureza das operações e principais atividades da entidade:

O FMAS de Tacaratu-PE possui como atividade principal a “assistência social”. Durante o exercício de 2021 a execução orçamentária baseou-se na Lei Municipal nº 1.395, de 29 de dezembro de 2020 (LOA 2021). Sua atividade financeira origina-se do recolhimento de repasses financeiros da Prefeitura Municipal, repasses da União e Estado, além de doações em geral.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SPREV nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018 que estabeleceram o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, 8ª edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis. Por fim, este demonstrativo está em conformidade com o exigido para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público e está seguindo as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC), do TCE-PE.

Nome do(a) Gestor(a):

Kilvanne Mychelle de Araújo Izidio- cargo: Secretária de Assistência Social. Período de Gestão: 01/01/2021 a 31/12/2021.

Nome, CRC e e-mail do(a) contador(a) responsável:

NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO FINANCEIRO
Órgão: Prefeitura Municipal de Assistência Social - Exercício: 2021
Município: Tacaratu



Karla Thaisa Peixoto Agostinho, CRC nº 029272/O-9, e-mail: karla@naap.com.br

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

Base de Mensuração utilizadas:

De acordo com o MCASP, p. 157, 8ª edição, o objetivo da mensuração é selecionar bases que reflitam de modo mais adequado o custo dos serviços, a capacidade operacional e a capacidade financeira da entidade de forma que seja útil para a prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. No caso deste município, as bases de mensuração utilizadas nos elementos patrimoniais estão de acordo com o exposto na Parte II do MCASP, 8ª edição.

Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças que levem a alguma alteração significativa no Balanço Financeiro.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não houve julgamentos pela aplicação das políticas contábeis no que se refere ao Balanço Financeiro.

Critérios para Reconhecimento de Receita e Despesa Orçamentária:

As receitas e despesas orçamentárias estão elencadas por sua fonte/destinação de recurso. As receitas são reconhecidas pelo regime de caixa e a despesa de acordo com seu empenhamento, conforme art. 60 da Lei Federal nº 4.320/64. Ao final do exercício, as despesas empenhadas e não pagas, reconhecidas como restos a pagar, são acrescidas do lado dos “Ingressos” como “Recebimento Extraorçamentário”.

Critérios para Reconhecimento de Receita e Despesa Extraorçamentária:

As contas listadas como Receitas Extraorçamentárias são aquelas que transitaram positivamente no sistema financeiro. Enquadram-se, ainda neste grupo, os valores inscritos em restos a pagar que seguem o parágrafo único do artigo 103, da Lei Federal 4.320/64.

As contas listadas como despesas extraorçamentárias são todas aquelas cujos valores transitaram negativamente em contas do sistema financeiro.

c) BALANÇO FINANCEIRO E SEUS ASPECTOS:

O Balanço Financeiro, de acordo com o previsto no art. 103 da lei 4.320/64, evidencia a receita e a despesa orçamentárias, além dos recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em caixa provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

O Balanço Financeiro, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, 8ª edição, é composto por um único quadro que demonstra a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

- A receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recurso, separadas em ordinárias e vinculadas;
- Os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;



NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO FINANCEIRO
Órgão: Prefeitura Municipal de Assistência Social - Exercício: 2021
Município: Tacaratu

- As transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e
- O saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

Receitas e Despesas ordinárias:

Compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, e despesas orçamentárias de livre alocação entre a origem e a aplicação dos recursos.

Receitas e Despesas orçamentárias vinculadas:

Compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, e despesas orçamentárias cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem. A identificação das vinculações pode ser feita por meio do mecanismo fonte/destinação de recurso. As fontes/destinações de recurso indicam como são financiadas as despesas orçamentárias, atendendo a sua legislação legal.

Transferências Financeiras concedidas e recebidas:

Refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta, podendo ser orçamentárias ou extraorçamentárias.

Recebimentos extraorçamentários:

Compreendem os ingressos não previstos no orçamento. Por exemplos: Consignações e restos a pagar.

Pagamentos extraorçamentários:

Compreendem os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária. Por exemplo: Restos a pagar pagos no exercício.

Saldo do Exercício Anterior e Saldo para o Exercício seguinte:

Compreende os recursos financeiros e o valor das entradas compensatórias no ativo e passivo financeiro, que serão demonstradas na linha Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados.

d) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

d.1) A seguir, serão demonstradas, de forma sistemática, as referências cruzadas com o título “Nota” e com seu respectivo número, baseadas nas informações do demonstrativo contábil, possibilitando uma melhor interpretação dos usuários.



**NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO FINANCEIRO**

**Órgão: Prefeitura Municipal de Assistência Social - Exercício: 2021
Município: Tacaratu**

Nota 1 – Receita Orçamentária:

Em 2021 o fundo obteve uma receita orçamentária de R\$ 525.927,39, detalhada no Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada.

Nota 2 – Transferências Financeiras Recebidas:

Em 2021, essas transferências totalizaram R\$ 1.831.120,59, sendo esse montante recebido da seguinte entidade Prefeitura Municipal.

Nota 3 – Recebimentos Extraorçamentários:

Em 2021, houve ingressos extraorçamentários provenientes de Inscrição de Restos a Pagar (R\$ 67.403,58.), Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (R\$ 114.544,82) e de Outros Valores Restituíveis (R\$ 38.652,66), o que totaliza R\$ 220.601,06.

Nota 4 – Saldos do Exercício Anterior:

O valor disponível em banco foi R\$ 36.422,48.

Nota 5 – Despesa Orçamentária:

Em 2021, a despesa orçamentária empenhada totalizou R\$ 2.088.069,27.

Nota 6 – Transferências Financeiras Concedidas:

Em 2021, essas transferências totalizaram R\$ 20.369,29, sendo esse montante concedido à seguinte entidade, “FUNDECA, Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente”.

Nota 7 – Pagamentos Extraorçamentários:

Até 31/12/2021, houve dispêndios orçamentários com pagamento de Restos a Pagar (R\$ 23.086,65), Consignações (R\$ 103.082,99) e Créditos a Receber (R\$ 38.652,66), totalizando R\$ 164.822,30.

Nota 8 – Saldo para o Exercício Seguinte:

O saldo para 2022 totalizou R\$ 340.810,66

Ao comparar a disponibilidade bancária do final do exercício de 2020 (R\$36.422,48) com o valor disponível em 31/12/2021 (R\$ 340.810,66), houve uma variação positiva de R\$ 304.388,18

e) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:



NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO FINANCEIRO

Órgão: Prefeitura Municipal de Assistência Social - Exercício: 2021
Município: Tacaratu

1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

2. Divulgações não financeiras:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

3. Reconhecimentos de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

4. Ajustes decorrentes de omissões e erros de registro:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

f) INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOLICITADAS NOS ANEXOS XIX E XXI DA RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021:

1. Eventuais Ajustes Relacionados às Retenções, bem como Outras Operações que impactem diretamente o Balanço Financeiro:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

2. Detalhamento das Deduções da Receita Orçamentária por Fonte/Destinação de Recursos:

DESCRIÇÃO	VALOR (em R\$)
FPM (1)	0,00
ITR (2)	0,00
ICMS Desoneração (3)	0,00
ICMS (4)	0,00
IPI (5)	0,00
IPVA (6)	0,00
TOTAL (1+2+3+4+5+6):	0,00

A fonte dos recursos foi o Tesouro (Recursos Próprios) e a destinação dos mesmos foi o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).



NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO FINANCEIRO
Órgão: Prefeitura Municipal de Assistência Social - Exercício: 2021
Município: Tacaratu

3. Saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa mantidos, que não estão disponíveis para uso imediato:

Saldo em 31/12/2020:	Saldo em 31/12/2021:
R\$ 0,00	R\$ 0,00

4. Informações relevantes sobre Transações de Investimento e Financiamento que não envolvem o uso de caixa:

Saldo em 31/12/2020:	Saldo em 31/12/2021:
R\$ 0,00	R\$ 0,00

5. Adequação ao PIPCP:

As informações apresentadas neste Balanço, com base nos seus elementos constituintes e suas peculiaridades, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao §4º do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015.

Kilvanne Mychelle de Araújo Izidio
Gestor(a)

Karla Thaisa Peixoto Agostinho
Contador
CRC-PE nº 029272/O-2

Tacaratu, 31/12/2021



ESTADO DO PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE TACARATU
Balanco Financeiro



Exercício: 2021

Ingressos			Dispêndios		
Especificação	2021	2020	Especificação	2021	2020
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	40.496.941,26	34.375.883,04	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	16.705.069,36	13.710.440,58
- Ordinária	40.106.973,69	34.199.446,64	- Ordinária	16.216.602,46	13.402.568,65
001 - RECURSOS ORDINÁRIOS	40.106.973,69	34.199.446,64	001 - RECURSOS ORDINÁRIOS	16.216.602,46	13.402.568,65
111 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	0,00	0,00	- Vinculada	488.466,90	317.881,93
211 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	0,00	0,00	090 - OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS	0,00	317.881,93
- Vinculada	389.967,57	176.436,40	510 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU CONTRATOS DE REPASSE DA UNIÃO	338.312,61	0,00
090 - OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS	0,00	176.436,40	520 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU CONTRATOS DE REPASSE DOS ESTADOS	150.154,29	0,00
116 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - ENTRADA DE RECURSOS	0,00	0,00			
117 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - ENTRADA DE RECURSOS	0,00	0,00			
120 - TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00			
121 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE)	0,00	0,00			
122 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)	0,00	0,00			
123 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE)	0,00	0,00			
124 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE	0,00	0,00			
125 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU DE CONTRATOS DE REPASSE VINCULADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00			
213 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL	0,00	0,00			
2140000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00			
2142100 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE - RECURSOS DESTINADOS AO ENFRENTAMENTO DA COVID-19	0,00	0,00			
215 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE INVESTIMENTO NA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00			
290 - OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	0,00	0,00			
311 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	0,00	0,00			
390 - OUTROS RECURSOS VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00			
510 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU CONTRATOS DE REPASSE DA UNIÃO	173.462,95	0,00			

Documento assinado digitalmente por WASHINGTON ANGELO DE ARAUJO, KARLA THAISA PEIXOTO AGOSTINHO
 Acesse em: https://www.tacaratu.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 16d407b-aa7f-42da-a066-e3181f66c226



ESTADO DO PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE TACARATU
Balanco Financeiro

Anexo 13 - Art. 103 da Lei Federal nº 13.005/2014



Exercício: 2021

Ingressos			Dispêndios		
Especificação	2021	2020	Especificação	2021	2020
520 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU CONTRATOS DE REPASSE DOS ESTADOS	0,00	0,00			
920 - RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00			
930 - RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS/ATIVOS	216.504,62	0,00			
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	0,00	97.856,47	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	20.785.263,09	19.760.482,23
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (III)	3.227.869,87	1.535.110,43	PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (VIII)	1.471.683,88	4.526.139,99
- INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	652.598,43	649.181,77	- PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR	389.275,80	1.960.041,76
Restos a Pagar Processados	652.598,43	649.181,77	Restos a Pagar Processados	389.275,80	1.960.041,76
- VALORES RESTITUÍVEIS	988.762,74	786.004,40	- VALORES RESTITUÍVEIS	965.053,28	750.201,19
- OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	1.586.508,70	99.924,26	- OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	117.354,80	1.814.890,04
- OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	0,00	- OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	0,00
SALDO ANTERIOR (IV)	1.160.112,67	3.160.321,53	SALDO ATUAL (X)	5.922.907,47	1.160.112,67
Total Geral dos Ingressos (V) = (I+II+III+IV)	44.884.923,80	39.169.171,47	Total Geral dos Dispêndios (X) = (VI+VII+VIII+IX)	44.884.923,80	39.169.171,47

WASHINGTON ÂNGELO DE ARAÚJO
 PREFEITO Mat.2001850

KARLA THAISA PEIXOTO AGOSTINHO
 CONTADORA CRC/PE 0292720-9

Documento Assinado Digitalmente por WASHINGTON ANGELO DE ARAUJO em 19/04/2021 às 14:07:42 da -a066-e3181f66c226
 Acesse em: https://etce.tacaratu.pe.gov.br/validar_documento:190407b-a7f-42da-a066-e3181f66c226

**NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO PATRIMONIAL
Órgão: Prefeitura Municipal - Exercício: 2021
Município: Tacaratu**



Documento Assinado Digitalmente por: WASHINGTON ANGELO DE ARAUJO, KARLA THAISA PEIXOTO AGOSTINHO
Acesse em: <https://etce.tce-pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 16d4407b-aa7f-42da-a066-e3181f66c226

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome da Entidade:

Prefeitura Municipal de Tacaratu

CNPJ:

10.106.243/0001-62

Endereço da entidade:

Rua Pedro toscano – Centro – Tacaratu - CEP: 56.480-000

Natureza jurídica da entidade:

A Prefeitura Municipal de Tacaratu - PE concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 103-3 “Órgão Público do Poder Executivo Municipal”.

Natureza das operações e principais atividades da entidade:

A Prefeitura de nome do município -PE possui como atividade principal a “administração pública geral”. Durante o exercício de 2021 a execução orçamentária baseou-se na Lei Municipal nº1.395, de 29 de dezembro de 2020 (LOA 2021). Sua atividade financeira origina-se da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses do governo federal e estadual (fundo a fundo ou convênios).

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SPREV nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018 que estabeleceram o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, 8ª edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis. Por fim, este demonstrativo está em conformidade com o exigido para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público e está seguindo as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC), do TCE-PE.

Nome do Gestor:

Washington Ângelo de Araújo - Prefeito - Período de Gestão: 01/01/2021 a 31/12/2024.

**NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO PATRIMONIAL
Órgão: Prefeitura Municipal - Exercício: 2021
Município: Tacaratu**



Nome, CRC e e-mail da contadora responsável:

Karla Thaisa Peixoto Agostinho, CRC nº 029272/O-9, e-mail: karla@naap.com.br

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

Base de Mensuração utilizadas:

De acordo com o MCASP, p. 157, 8ª edição, o objetivo da mensuração é selecionar bases que reflitam de modo mais adequado o custo dos serviços, a capacidade operacional e a capacidade financeira da entidade de forma que seja útil para a prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. No caso deste município, as bases de mensuração utilizadas nos elementos patrimoniais estão de acordo com o exposto na Parte II do MCASP, 8ª edição.

Novas normas e políticas contábeis alteradas:

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente. Por conta desse fato, e com as alterações nos anexos, o Balanço Patrimonial passou a dar ênfase à visão patrimonial da entidade como um todo, como seu endividamento e liquidez, por exemplo; facilitando o entendimento da sociedade e órgãos de controle na hora da fiscalização.

Critérios para Reconhecimento de Receita e Despesa Orçamentária:

Neste demonstrativo, o regime contábil utilizado foi o Regime Misto, sendo Regime de Caixa para a Receita e o de Competência para a Despesa.

c) BALANÇO PATRIMONIAL E SEUS ASPECTOS:

O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial do município no último dia do exercício contábil. Através de sua análise, é possível conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (Ativos), das obrigações (Passivos), e dos capitais, reservas e resultados acumulados (Patrimônio Líquido) desta entidade pública.

O Balanço Patrimonial, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, 8ª edição, é composto por:

- Quadro Principal;
- Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- Quadro das Contas de Compensação (controle); e
- Quadro do Superávit/Déficit Financeiro.

NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO PATRIMONIAL
Órgão: Prefeitura Municipal - Exercício: 2021
Município: Tacaratu



Quadro Principal

O quadro Principal foi elaborado utilizando-se da classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do PCASP. Os ativos e passivos são apresentados em níveis sintéticos (3º nível ou 4º nível). As contas do ativo estão dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade. As contas do passivo, em ordem decrescente de grau de exigibilidade. Neste quadro, estão contidas informações referentes ao:

- Ativo Circulante da entidade (ativos disponíveis para realização imediata ou com expectativa de realização até doze meses da data das demonstrações contábeis): Caixa e Equivalentes de Caixa; Créditos a Curto Prazo; Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo; Estoques e Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente.
- Ativo Não Circulante (ativos que têm expectativa de realização após doze meses da data das demonstrações contábeis): Ativo Realizável a Longo Prazo; Investimentos; Imobilizado; Intangível e Eventual Saldo a Amortizar do Ativo Diferido.
- Passivo Circulante (passivos exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis): Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar; Empréstimos e Financiamentos; Fornecedores e Contas a Pagar; Obrigações Fiscais; Obrigações de Repartições a Outros Entes; Provisões e Demais Obrigações, todas elas, a Curto Prazo.
- Passivo Não Circulante (passivos exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis): Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar; Empréstimos e Financiamentos; Fornecedores e Contas a Pagar; Obrigações Fiscais; Provisões e Demais Obrigações, todas elas, a Longo Prazo.
- Patrimônio Líquido (valor residual dos ativos depois de deduzidos de todos os passivos): Patrimônio Social e Capital Social; Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital; Reservas de Capital; Ajustes de Avaliação Patrimonial; Reservas de Lucros; Demais Reservas; Resultados Acumulados e Ações/Cotas em Tesouraria.

Quadros dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes:

Este quadro foi elaborado utilizando-se da classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do PCASP. Estão inclusas, também, as contas que representam passivo financeiros, mas que não apresentam passivos patrimoniais associados, como as contas da classe 6 "Créditos Empenhados a Liquidar" e "Restos a Pagar Não Processados a Liquidar". Neste quadro, são demonstradas informações referentes ao:

- Ativo Financeiro da entidade: Créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os respectivos valores.
- Ativo Permanente: Bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.
- Passivo Financeiro: Dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária.
- Passivo Permanente: Dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Quadro das Contas de Compensação:

Neste quadro, estão representadas as contas representativas dos atos potenciais (atos a executar que podem afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente) ativos ou passivos. Os atos potenciais ativos a executar podem afetar o patrimônio positivamente, já os atos potenciais passivos, negativamente. O quadro foi elaborado utilizando a classe 8 (Controles Credores) do PCASP.

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro:

Este quadro foi elaborado utilizando-se o saldo da conta 8.2.1.1.1.00.00 – Disponibilidade por Destinação de Recurso (DDR), segregado por fonte/destinação de recursos. Ele apura o resultado (superávit/déficit) em conformidade com o §2º do art. 43 da Lei 4.320/1964.

NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO PATRIMONIAL
Órgão: Prefeitura Municipal - Exercício: 2021
Município: Tacaratu



Documento Assinado Digitalmente por: WASHINGTON ANGELO DE ARAUJO, KARLA THAISA PEIXOTO AGOSTINHO
Acesse em: <https://etes.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 16db407b-aa7f-42da-a066-e3181f66c226

d) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

d.1) A seguir, serão demonstradas, de forma sistemática, as referências cruzadas com o título “Nota” e com seu respectivo número, baseadas nas informações do demonstrativo contábil, possibilitando uma melhor interpretação dos usuários.

Nota 1 – Ativo Circulante:

Os bens e direitos a curto prazo evidenciados neste demonstrativo em 2021 totalizaram: R\$ 6.581.794,50. Subdivididos em:

▪ **Caixa e Equivalentes de Caixa:**

As disponibilidades financeiras do município totalizaram R\$ 5.922.907,47, provenientes de Caixa e Equivalentes de Caixa.

DISPONIBILIDADE DE CAIXA DETALHADA		
Entidades	Recursos Próprios	Recursos Vinculados
Prefeitura Municipal	R\$ 5.922.907,47	R\$ 0,00
Total:	R\$ 5.922.907,47	R\$ 0,00

▪ **Créditos a Curto Prazo:**

Ficaram registrados R\$ 506.557,20, provenientes de Dívida Ativa Tributária;

▪ **Demais Créditos e Valores a Curto Prazo:**

Ficaram registrados o total de: R\$ 152.329,83, oriundos de Valores em Trânsito a Curto Prazo.

▪ **Estoques:**

Não houve registros.

▪ **Ativo Não Circulante Mantido para Venda:**

Não houve registros.

▪ **VPD Pagas Antecipadamente:**

Não houve registros.

Nota 2 – Ativo Não Circulante:

Os ativos de longo prazo do município totalizaram: R\$ 22.723.207,11, subdivididos em:

NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO PATRIMONIAL
Órgão: Prefeitura Municipal - Exercício: 2021
Município: Tacaratu



Documento Assinado Digitalmente por: WASHINGTON ANGELO DE ARAUJO, KARLA THAISA PEIXOTO AGOSTINHO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 16db407b-aa7f-42da-a066-e3181f66c226

▪ **Ativo Realizável a Longo Prazo:**

O valor de R\$ 1.761.534,71 corresponde a Dívida Ativa Tributária, já considerada a previsão de perda de dívida ativa.

▪ **Investimentos:**

O valor de R\$ 78.803,20.

▪ **Imobilizado:**

O valor do imobilizado ao final de 2021 foi de: R\$ 20.882.869,20, proveniente de bens móveis e imóveis.

▪ **Intangível:**

Não houve registros.

Nota 3 – Passivo Circulante:

As dívidas e obrigações a curto prazo totalizaram: R\$ 1.477.155,58. O PC subdividiu-se em:

▪ **Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo:**

Essas despesas a pagar totalizaram: R\$ 372.702,22.

▪ **Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo:**

Não houve registros.

▪ **Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo:**

Essas despesas a pagar totalizaram: R\$ 547.478,24.

▪ **Obrigações Fiscais a Curto Prazo:**

Essas despesas a pagar totalizaram: R\$ 15,24.

▪ **Provisões a Curto Prazo:**

Não houve registros.

▪ **Demais Obrigações a Curto Prazo:**

Essas demais obrigações a curto prazo totalizaram: R\$ 556.959,88, provenientes de consignações.

Nota 4 – Passivo Não Circulante:

NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO PATRIMONIAL
Órgão: Prefeitura Municipal - Exercício: 2021
Município: Tacaratu



Documento Assinado Digitalmente por: WASHINGTON ANGELO DE ARAUJO, KARLA THAISA PEIXOTO AGOSTINHO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 16db407b-aa7f-42da-a066-e3181f66c226

As obrigações a longo prazo totalizaram: R\$ 0,00.

▪ **Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo:**

Não houve registros.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo	R\$
Precatórios de Pessoal	0,00
Parcelamento – INSS	0,00
Parcelamento – RPPS	0,00
Parcelamento - PASEP	0,00

▪ **Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo:**

Não houve registros para esta entidade.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	R\$
PNAFM	0,00
Caixa Econômica Federal	0,00

▪ **Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo:**

Não houve registros.

▪ **Obrigações Fiscais a Longo Prazo:**

Não houve registros.

▪ **Provisões a Longo Prazo:**

Não houve registros.

▪ **Demais Obrigações a Longo Prazo:**

Não houve registros.

▪ **Resultado Diferido:**

Não houve registros.

Nota 5 – Patrimônio Líquido:

NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO PATRIMONIAL
Órgão: Prefeitura Municipal - Exercício: 2021
Município: Tacaratu



O saldo patrimonial do município aumentou consideravelmente em 2021, passando de R\$ 24.384.215,68 em 2020 para R\$ 27.827.846,03.

Nota 6 – Saldo Patrimonial:

Esse resultado se dá pela diferença entre os Ativos Financeiro e Permanente e Passivos Financeiro e Permanente, acrescido dos Restos a Pagar Não Processados. Com isso, o saldo patrimonial foi de R\$ 27.827.846,03

Nota 7 – Quadro das Contas de Compensação:

Das obrigações contratuais pertinentes a prefeitura deste município, faltam ser regularizados R\$ 62.779,29.

- **Saldos dos Atos Potenciais Ativos:**
 - ✓ Contratos de Empréstimos: R\$ / Não houve registros.
- **Saldos dos Atos Potenciais Passivos:**
 - ✓ Obrigações Contratuais: R\$ 62.779,29
 - ✓ Contratos de Fornecimento de Bens: R\$ 0,00
 - ✓ Contratos de Empréstimos e Financiamentos: R\$ 0,00

Nota 8 – Quadro do Superávit/Déficit Financeiro:

Houve um superávit de R\$ 478.338,47, que se dá pela suficiência de recursos para cumprir com todas as obrigações inerentes ao ente federativo.

Obs: As destinações de recursos que se encontram negativas no demonstrativo simbolizam que os valores empenhados foram superiores aos recursos arrecadados. Isso pode se dar, por exemplo, por atraso nos repasses do Governo Federal e/ou Estadual; atendimento a situações extraordinárias de emergência/calamidade pública; não acompanhamento da programação orçamentária e financeira, etc.

e) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

2. Divulgações não financeiras:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO PATRIMONIAL
Órgão: Prefeitura Municipal - Exercício: 2021
Município: Tacaratu



3. Reconhecimentos de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há dados que possam afetar a compreensão do usuário.

f) INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOLICITADAS NOS ANEXOS XX E XXII DA RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021:

1. Ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

2. Ativos Imobilizados obtidos a Título Gratuitos:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

3. Valor atribuído em Transferências de Ativos:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

4. Ativos Intangíveis obtidos a Título Gratuito:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

5. Componentes Patrimoniais avaliados por critérios distintos (Item IV do Anexo XIII da Resolução TC nº 147/2021):

Não foram utilizados critérios distintos para os componentes patrimoniais.

6. Detalhamento dos montantes expostos das demonstrações para ajustes, depreciações, amortizações e exaustões (critérios adotados, eventos e circunstâncias que levaram ao reconhecimento de possíveis reconhecimentos de inservibilidade de bens):

Os bens do município foram registrados conforme solicita a legislação vigente.

7. Relação entre as Provisões e Passivos Contingentes que surgiram de um mesmo conjunto de circunstâncias:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

8. Perdas da Dívida Ativa (metodologia utilizada e memória de cálculo):

Não há registros fornecidos pelo setor responsável por este cálculo.

9. Informações de Passivos Contingentes – NBC T SP 03 – Item 100:

NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO PATRIMONIAL
Órgão: Prefeitura Municipal - Exercício: 2021
Município: Tacaratu



Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação ao valor ou à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

10. Informações Relacionadas a Estoques (política contábil e critérios de valoração adotados; reversão da redução de estoques):

Não houve reversão da redução de estoque.

11. Informações Adicionais (NBC T SP – 01 – Item 106):

Não houve informações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação às transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

12. Natureza e Principais classes de heranças, presentes e doações (principais classes de bens em espécie recebidos):

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

13. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105):

Não há registros para este município.

14. Impairment (Eventos que levaram ao reconhecimento ou reversão da perda por desvalorização; Valor da perda por desvalorização reconhecida ou revertida; Qual valor recuperável; Natureza do Ativo):

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

15. Saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa mantidos, que não estão disponíveis para uso imediato:

Saldo em 31/12/2020:	Saldo em 31/12/2021:
R\$ 0,00	R\$ 0,00

16. Informações relevantes sobre Transações de Investimento e Financiamento que não envolvem o uso de caixa:

Saldo em 31/12/2020:	Saldo em 31/12/2021:
R\$ 0,00	R\$ 0,00

17. Adequação ao PIPCP:

**NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO PATRIMONIAL
Órgão: Prefeitura Municipal - Exercício: 2021
Município: Tacaratu**

As informações apresentadas nesta Demonstração, com base nos seus elementos constituintes e suas peculiaridades, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao §4º do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015.

Washington Ângelo de Araújo
Prefeito Municipal

Karla Thaisa Peixoto Agostinho
Contadora
CRC-PE nº 029272/O-2

Tacaratu, 31/12/2021



Documento Assinado Digitalmente por: WASHINGTON ANGELO DE ARAUJO, KARLA THAISA PEIXOTO AGOSTINHO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 16db407b-aa7f-42da-a066-e3181f66c226